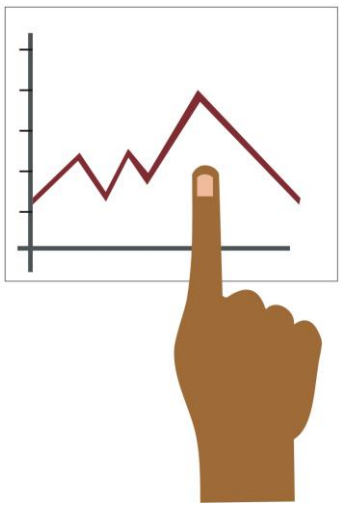
# BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 3 - Maio de 2015

Esta publicação visa analisar e debater a conjuntura nacional e internacional e os reflexos sobre o mercado de trabalho, os setores produtivos, a renda, as negociações coletivas, os preços etc.

É elaborada pelo Grupo de Conjuntura, que reúne técnicos de diversas regiões do país, para ser divulgada bimestralmente para todos as entidades filiadas.



## UM PRIMEIRO TRIMESTRE DIFÍCIL

Após atribulados 100 dias, 2015 parece começar a se definir pela estagnação econômica e pela continuidade da instabilidade política. O ajuste fiscal proposto pelo governo federal provavelmente será aprovado no Congresso com algumas modificações, mas não haverá alteração na essência. As medidas contidas no ajuste têm como objetivos reduzir a dívida pública bruta federal, diminuir o déficit externo e conduzir a inflação para o centro da meta, em 2016.

Sabe-se que para estabilizar e reduzir a dívida pública é preciso, além de cortar gastos, aumentar as receitas, a fim de gerar poupança (superávit primário), necessária para fazer frente às despesas com os juros da dívida que, por sua vez, aumentam com a elevação da taxa básica de juros (taxa Selic), utilizada para conter a inflação. Quando o governo corta gastos, os investimentos públicos são reduzidos, fazendo com que os investimentos totais na economia encolham e o crescimento seja comprometido, tendo como consequências imediatas o desemprego e a queda da arrecadação de tributos.

Aqui há dois movimentos que tendem a aprofundar a crise: queda de arrecadação e desemprego. Do lado da receita, o ajuste caminhou na direção de aumentar alíquotas de alguns tributos (IOF, Cide e IRPF) e contribuições sociais (PIS/Cofins).

Do ponto de vista estritamente contábil, a equação estaria resolvida, pois tanto os cortes de gastos (nas políticas públicas e nos investimentos) como os aumentos de receitas (impostos e contribuições) gerariam sobras de caixa (poupança pública) suficientes para um superávit primário que manteria a dívida pública sob controle. Ocorre que a política monetária posta em prática colide com as medidas de política fiscal adotadas. Isto é, a sobra de caixa, obtida com a redução de gastos e aumento de receitas, não é suficiente para fazer frente ao aumento das despesas financeiras derivadas do aumento da taxa de juros que incide sobre a dívida pública. A cada ponto percentual de aumento da taxa Selic, o gasto com a rolagem da dívida aumenta em cerca de R$ 20 bilhões.

A contradição, portanto, está explicitada, pois o esforço de redução de gastos e de elevação de arrecadação será insuficiente para declinar a relação "dívida/PIB", uma vez que o Produto Interno Bruto está decrescendo e, com isso, reduzindo a arrecadação, enquanto as taxas de juros crescem, o que aumenta as despesas do Tesouro. A política monetária, no entanto, deve permanecer restritiva no sentido de evitar a elevação dos preços por conta da desvalorização cambial (*pass-through*). Como diz o ditado popular, "um olho no gato, outro na sardinha."

Há mais um aspecto que precisa ser considerado acerca da relação entre juros e taxa de câmbio. O aumento dos juros contribui para a valorização cambial pois, em busca de maior rentabilidade, os capitais especulativos internacionais movimentam-se na direção de países que oferecem taxas de juros relativamente superiores aos demais ("arbitragem internacional das taxas de juros") e que tenham *rating* (classificação) de "grau de investimento". O Brasil preenche com folga esses dois requisitos: possui a maior taxa real de juros e risco de default (calote) muito baixo. Quando esses capitais especulativos acorrem para o País, aumenta a oferta de divisas estrangeiras no mercado interno de câmbio, tornando-as mais baratas e, portanto, valorizando o real.

Esse fenômeno não é novo. Vem, já há algum tempo, inviabilizando a indústria brasileira e causando crescentes déficits nas contas externas. Por razões estritamente condicionadas à crise política, o dólar norte-americano valorizou-se sensivelmente nos últimos meses e, em curto espaço de tempo, na medida em que a crise é "digerida" pela sociedade, volta a apresentar tendências de queda (no entanto, a crise ainda não foi ultrapassada, o que torna perigosa qualquer previsão mais segura para a taxa de câmbio).

Para conter a queda da cotação da moeda norte-americana (valorização da moeda brasileira), o Banco Central decidiu suspender dois mecanismos de intervenção no mercado cambial, que mantinha desde agosto de 2013. Foram suspensas as operações de swap cambial (mecanismo financeiro que protege - hedge - as empresas do risco cambial e que, ao fazê-lo, aumenta a oferta de dólares no mercado) e de venda de dólares no mercado com compromisso de recompra. Essa decisão pretende evitar a revalorização do real.

As preocupações seriam bem menores se se vislumbrasse, em um horizonte mais próximo, alguma possibilidade de crescimento da economia. Com os investimentos públicos contidos devido ao ajuste fiscal e a iniciativa privada insegura com os rumos da crise política e as medidas contraditórias adotadas pelas autoridades econômicas, há poucas esperanças de recuperação no curto prazo. Após crescer quase zero (0,1%) em 2014, os resultados do primeiro trimestre indicam que 2015 deverá se encerrar com queda do PIB em cerca de 1%. É importante ressaltar que, em 2014, a taxa per capita – a divisão do total de riqueza produzida no país pelo número de habitantes - registrou retração de 0,7%, indicando empobrecimento da população no período. Este certamente é um tempero importante no caldeirão da crise política na qual vive o país atualmente.

## MERCADO DE TRABALHO

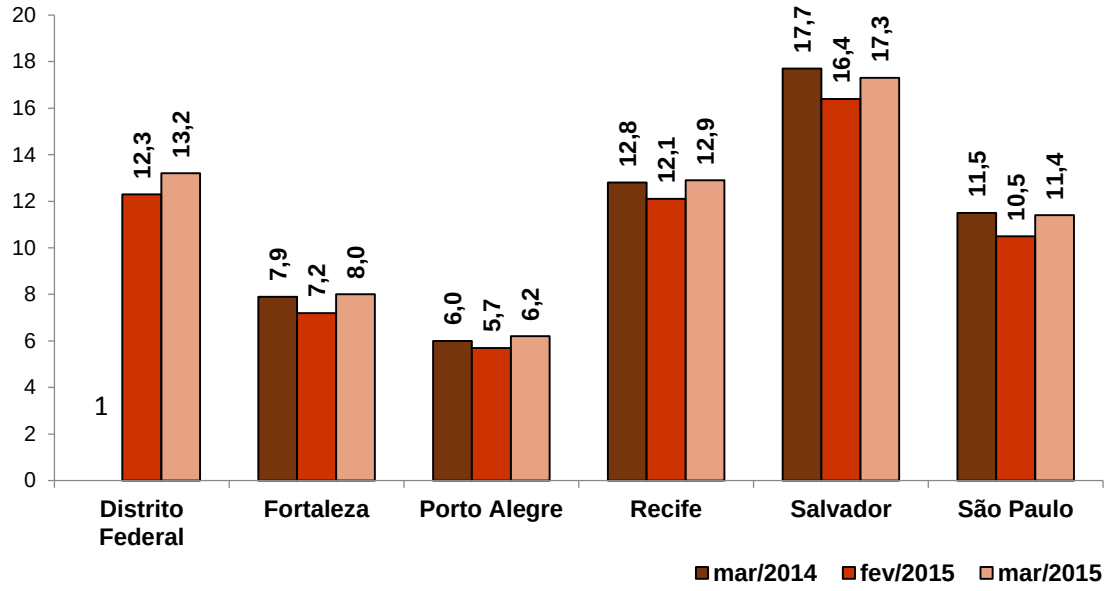
Em março de 2015, seguindo comportamento usual para esse período, a ocupação diminuiu em quase todas as áreas metropolitanas pesquisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE.

A dinâmica conjuntural negativa da ocupação no espaço metropolitano brasileiro foi compensada pela saída de pessoas do mercado de trabalho em algumas regiões, fato que refletiu favoravelmente sobre a taxa de desemprego total.

Em março de 2015, na comparação com fevereiro, a taxa de desemprego total aumentou em todas as regiões metropolitanas pesquisadas (Distrito Federal, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo).

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior (março de 2014), as taxas foram maiores nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Porto Alegre e Recife. Já em Salvador e São Paulo e Porto Alegre, as taxas registraram aumentos menores na mesma comparação.

**GRÁFICO 1**
**Taxa de desemprego total - % da PEA**




Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Nota: (1) A PED-DF teve a série estatística interrompida entre setembro de 2013 e setembro de 2014

Em fevereiro de 2015, o rendimento médio real dos ocupados, em comparação com o mês imediatamente anterior, declinou na maior parte das regiões pesquisadas: Porto Alegre (-0,9%), São Paulo (-1,8%), Distrito Federal (-1,3%) e Salvador (-0,4%). Houve aumento somente em Fortaleza (1,0%) e Recife (1,4%). Em termos de valores absolutos, o Distrito Federal registrou o maior rendimento (R$2.712) e Fortaleza, o menor (R$1.214).

O exame da evolução da massa de rendimentos do conjunto dos trabalhadores ocupados numa região é importante para se analisar a tendência de evolução da capacidade de consumo das famílias. Em fevereiro de 2015, em relação ao mês imediatamente anterior, a massa de rendimentos reais dos ocupados declinou em quase todas as regiões pesquisadas: Brasília (-1,9%), Salvador (-1,2%), São Paulo (-2,2%), e em Fortaleza (-0,5%). Houve pequeno aumento da massa de rendas apenas em Recife (1,3%) e Porto Alegre apresentou estabilidade.

Nos últimos 12 meses, terminados em janeiro último, a massa de rendimentos reais dos ocupados declinou em quase todas as regiões pesquisadas. Houve pequeno aumento da massa de rendas apenas na Região Metropolitana de Salvador (0,5%), em que pesou o aumento dos rendimentos, já que a ocupação registrou retração no período. Nas demais regiões registraram-se diminuição da massa de rendimentos: Porto Alegre (-8,5%), São Paulo (-3,3%), Fortaleza (-2,7%) e Recife (-1,9%).

## SALÁRIOS

O DIEESE analisou os resultados das negociações coletivas de 716 unidades de negociação da indústria, do comércio e dos serviços, em todo o território nacional, em 2014. Segundo os dados analisados, em comparação com a variação do INPC-IBGE, a grande maioria dos reajustes conquistados ao longo de 2014 contabilizou ganhos reais. Do total dos reajustes examinados, 92% apresentaram aumento real, enquanto 6% igualaram-se ao índice inflacionário e 2% não alcançaram a recomposição salarial. O aumento real médio equivaleu a 1,39%.

*Em comparação com as negociações de 2013, é possível observar aumento da média dos reajustes, que passou de 1,22%, naquele ano, para 1,39%, em 2014. Em toda a série analisada, este percentual ficou abaixo somente do registrado em 2010 e 2012. O bom desempenho de 2014 já podia ser vislumbrado nos dados divulgados no Balanço dos Reajustes Salariais do 1º semestre de 2014. Porém, diferentemente do observado em outros anos, a média de aumento real assegurado pelas negociações com data-base no segundo semestre foi menor do que a registrada nos primeiros seis meses do ano. Foi verificada a média de 1,50%, no primeiro semestre, e 1,16%, no segundo. No segundo semestre, a estagnação da economia já estava mais evidente, o que certamente arrefeceu um pouco as possibilidades de melhores ganhos reais.*

De toda maneira, os bons resultados das negociações em 2014 contrastam com o frágil desempenho da economia naquele ano. A mobilização mais intensa dos trabalhadores organizados certamente explica, pelo menos em parte, essas conquistas.

## INDÚSTRIA

Em março de 2015 a produção física da indústria no Brasil aprofundou a trajetória de queda verificada ao longo de 2014. No terceiro mês do ano, a indústria geral recuou 3,5% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em fevereiro, na mesma base de comparação, a redução havia sido de 9,4% (na série sem ajuste sazonal). Essa foi a décima terceira taxa negativa consecutiva e reflete a difícil situação do setor. A queda de 9,4%, verificada em fevereiro, foi a mais intensa desde julho de 2009, quando o tombo foi de 10%. Com o resultado de março, a produção industrial acumula queda de 5,9%, em 2015, e de 4,7%,

nos últimos 12 meses, assinalando o resultado negativo mais intenso desde janeiro de 2010, quando o recuo foi de 4,8%.

Em 2014, a indústria de transformação recuou 3,8%, influenciada pela redução do valor adicionado da indústria automotiva (incluindo peças e acessórios) e pela fabricação de máquinas e equipamentos, aparelhos elétricos e produtos de metal. Esse resultado foi parcialmente contrabalançado pelo crescimento de outras atividades, com destaque para a indústria farmacêutica, a fabricação de produtos de limpeza e perfumaria e bebidas. A taxa de investimentos de 2014 foi de 19,7% do PIB, abaixo da observada em 2013 (20,5%).

## COMÉRCIO

Em fevereiro de 2015, o volume de vendas registrou variação de -0,1% (negativa) e a receita nominal de 0,7%, ambas em relação ao mês anterior. Em relação ao volume, o resultado volta a ser negativo, depois de ter apresentado crescimento de 0,8% em janeiro. Quanto às receitas, o resultado continua a ser positivo, porém, com velocidade de crescimento menor ao ocorrido em janeiro, quando elevou-se em 1,3%. O varejo ampliado, que inclui o setor de veículos, peças e motos e material de construção, registrou, também, variação negativa de -1,1% para o volume de vendas e de -0,2% para as receitas. Em fevereiro, seis das 10 atividades pesquisadas registraram queda no volume de vendas. Somente três segmentos registraram crescimento: 1,8% em outros artigos de uso pessoal e doméstico; 1,0% em livros, jornais, revistas e papelaria e 0,8% em artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos. O segmento de super e hipermercados manteve a mesma taxa de crescimento registrada na passagem de dezembro para janeiro, 0,2%. Os setores de veículos e motos, partes e peças e o de material de construção reduziram as vendas em fevereiro com relação a janeiro em -3,5% e -0,7%, respectivamente.

## AGRICULTURA

O PIB Agropecuário, em 2014, cresceu 0,4% em relação a 2013. Os principais produtos que contribuíram para o aumento do valor adicionado foram: algodão (com crescimento de 26,0%), mandioca (8,8%), trigo (8,0%), soja (5,8%) e arroz (3,3%). Excluindo as culturas do algodão e do arroz, todas as demais apresentaram, em 2014, queda na produtividade (em termos de relação da área plantada com a produção). Algumas culturas contribuíram negativamente para a estimativa da produção anual: laranja (-8,8%), café (-7,3%), cana-de-açúcar (-6,7%) e milho (-2,2%).

Nas estimativas de fevereiro, o valor bruto da produção (VBP) do agronegócio deve aumentar 1,4% em 2015 em relação a 2014. Necessário observar que parte importante do VBP do agronegócio (agricultura patronal e agricultura familiar) advém da produção da pequena propriedade familiar e corresponde a algo em torno dos 30% (o que somaria R$ 143,7 bilhões do VBP esperado para 2015). A lavoura continua sendo a que mais contribui para o VBP, apesar da queda esperada de 1,3% em 2015 diante de 2014. As lavouras com expectativas de aumento são: mamona, 113,8%; pimenta do reino, 17,4%; soja (em grão), 5,2%; laranja, 4,7%; café (em grão), 4,3%; trigo (em grão), 2,9%; amendoim, 2,7%; e fumo, 2,3%; enquanto todos os demais produtos apresentam expectativas de queda no VBP.

A pecuária, apesar de contribuir menos que a lavoura para o VBP, vem apresentando estimativas crescentes, com expectativa de crescimento de 5,9% em 2015. A forte valorização do dólar em escala global tem elevado a competitividade dos grãos brasileiros, principalmente da soja e do milho, diante do principal concorrente mundial, os EUA. Isso melhora a rentabilidade do produtor que realiza transações com o mercado externo.

Por outro lado, ainda permanecem nos mercados de commodities agrícolas as expectativas de safras recordes nos principais países produtores, entre ele o Brasil, os Estados Unidos e a Argentina, o que, apesar das pressões advindas da ampliação da valorização do dólar e de outros fatores internos como a seca em algumas áreas do Brasil, indica baixa de preços pelos próximos meses. Isso é reforçado pela boa relação entre oferta e demanda no mercado global de commodities agrícolas, o que garante pelos próximos dois anos relativa estabilidade com tendência de queda nos preços.

## SETOR FINANCEIRO

O saldo total das operações de crédito do sistema financeiro nacional, incluindo recursos livres e direcionados, totalizou pouco mais de R$ 3 trilhões em fevereiro, com variação positiva de 0,5% no mês e de 11% em 12 meses. O saldo de crédito dos bancos públicos encerrou em R$ 1,6 trilhões, com alta de 16,3% em 12 meses, enquanto as instituições privadas nacionais encerraram em R$ 944,4 bilhões (+5,3%) e as estrangeiras em R$ 438,5 bilhões (+5,6%), demostrando que os bancos públicos ainda sustentam o crédito no sistema financeiro. A relação crédito/PIB ficou em 58,6% em fevereiro, mesmo patamar do mês anterior, e acima dos 55,5% verificados em fevereiro de 2014. A taxa média de juros ao consumo para pessoa física ficou em 54,3% ao ano, o maior patamar da série histórica desde 2011. Já a taxa média de juros bancários encerrou em 25,6% ao ano em fevereiro deste ano, com alta de 0,7 p.p. no mês e de 1,7 p.p em 12 meses.

A inadimplência (atrasos acima de 90 dias) manteve-se estável e encerrou em 2,8% em fevereiro deste ano. Em todo o período analisado, há uma tendência de queda nesse indicador, compatível com a mudança de estratégia dos bancos de imprimirem maior rigor nas concessões e de focalizarem nas carteiras (crédito consignado e imobiliário) e nos perfis de clientes de menor risco.

## SETOR PÚBLICO

O setor público consolidado registrou déficit primário de R$ 2,3 bilhões em fevereiro. No ano, o superávit primário acumulado é de R$ 18,8 bilhões, diante de um resultado de superávit de R$ 22,1 bilhões no primeiro bimestre de 2014. Os juros nominais custaram ao governo R$ 56,3 bilhões, em fevereiro, comparativamente a R$ 18 bilhões em janeiro. No acumulado no ano, os gastos com os juros nominais somam R$ 74,4 bilhões, diante de R$ 42 bilhões no mesmo período do ano anterior. A dívida líquida do setor público alcançou R$ 1,8 trilhões em fevereiro (36,3% do PIB). A dívida bruta do governo geral (governo federal, INSS, governos estaduais e governos municipais) alcançou R$ 3,3 trilhões em fevereiro, equivalente a 65,5% do PIB.

## SETOR EXTERNO

### Balança comercial

A balança comercial aponta que a desvalorização cambial pode estar começando a surtir efeito sobre os resultados do comércio exterior do Brasil. Depois de déficits nos primeiros dois meses do ano, a balança comercial de março de 2015 apontou um superávit de US$ 458 milhões (para efeito de comparação, o resultado de março de 2014 também foi superavitário, mas em US$ 118 milhões). Apesar disso, o resultado do primeiro trimestre deste ano segue registrando um déficit de US$ 5,5 bilhões, pouco menor que o déficit obtido no primeiro trimestre do ano passado, que somou US$ 6,0 bilhões.

Tomando em consideração a queda dos preços das commodities no plano internacional, principais produtos de exportação da pauta brasileira, o resultado até pode ser avaliado de forma positiva e aponta inclusive alguma retomada de exportação de semimanufaturados. As exportações recuaram 16,8% em março, especialmente por conta da redução dos preços das commodities (os produtos básicos registraram queda de venda de quase 30%, os manufaturados, queda de 6,1%, enquanto os semimanufaturados expandiram as vendas em 8,8%). Do lado das importações, registrou-se recuo significativo de 18,5%, ou seja, as importações recuaram mais do que as exportações, o que gerou avanço do saldo positivo.

### Conjuntura internacional

Seguem em queda preços das principais commodities agrícolas, minerais e energéticas, afetando não apenas os países exportadores, como também países que têm fortes relações comerciais com países exportadores de commodities (por exemplo, Turquia). Esses países vêm tendo as moedas expostas a fortes

flutuações, decorrentes de manobras especulativas, e alguns têm adotado medidas (como a Venezuela, que alterou as regras de compra e venda de divisas mais uma vez, liberalizando um pouco mais os mercados de moeda estrangeira). Essas manobras especulativas são agravadas por incertezas políticas importantes em alguns dos principais produtores (como na Venezuela e no Oriente Médio, além da Nigéria, em processo eleitoral). A especulação contra as moedas nacionais também incide sobre países que constituem eixos importantes de passagem de commodities energéticas (como a Ucrânia, entroncamento dos gasodutos que vêm da Rússia em direção à Europa).

*Há movimentos em direções diversas em relação ao crescimento econômico. Enquanto os EUA se situam em uma faixa intermediária (com crescimento estimado para 2015 entre 2% e 2,5%), Índia e China devem seguir crescendo fortemente (estimativas de 8% e 7%, respectivamente), mas a União Europeia e a América Latina têm expectativas de estagnação.*

Na União Europeia existe também forte debate político sobre o fato de a política de expansão monetária adotada pelo Banco Central Europeu ser suficiente para promover o crescimento da região ou, em contraposição às políticas do governo alemão, principal economia da região, se seria necessária também uma política fiscal menos austera para garantir o crescimento. Esse debate deve seguir e se aprofundar ao sabor dos processos eleitorais que vão se suceder na Europa ao longo do ano. No caso da América Latina, à queda dos preços das commodities se somam fortes incertezas políticas em alguns dos principais países da região (Brasil, México, Argentina, Chile, Peru e Venezuela os principais), agravando o quadro real e especulativo.

A extensa agenda de grandes reuniões internacionais ao longo do ano pressiona líderes mundiais e tomadores de decisão (Conferência das Nações Unidas para Financiamento ao Desenvolvimento, COP-Paris, Ministerial da OMC, G-20, Brics e outras), apontando, ao mesmo tempo, para possibilidades de convergências e articulação, ou ampliação de diferenças e conflito.

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**Presidente: Zenaide Honório**
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP
**Vice-presidente: Luis Carlos de Oliveira**
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP
**Secretário Executivo: Antônio de Sousa**
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP
**Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos**
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
**Diretor Nacional: Bernardino Jesus de Brito**
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP
**Diretora Executiva: Cibele Granito Santana**
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP
**Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros**
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes**
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
**Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira**
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa**
Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA
**Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas**
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
**Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva**
Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de SP
**Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho**
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Direção Técnica**
Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio
Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri
Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas
Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam
Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira
Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos
Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Ângela Maria Schwengber

**Equipe Responsável**
Airton Santos
Clóvis Scherer
Frederico Melo
Jose Álvaro Cardoso
Patrícia Pelatieri
Thomaz Ferreira Jensen